



ENCAMINHAMENTO DE MENINOS E MENINAS PARA SALAS DE RECURSOS: UM OLHAR DE GÊNERO¹

Roseli Kubo Gonzalez²

Introdução

Nos últimos anos, em âmbito nacional, várias produções de autores na área da educação (CARVALHO, 1999, 2001, 2003, 2004; SILVA, *et al*, 1999; BRITO, 2004, 2006; AUAD, 2004) indicam que meninos apresentam um menor desempenho escolar quando comparados às meninas. Dados de pesquisa realizada por Marília Carvalho (2004), docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo que tem se debruçado sobre a análise do desempenho escolar utilizando a ótica das relações de gênero, denunciam que fatores sociais (baixa renda familiar), o sexo masculino e a cor da pele (negros) têm sido predominantes nos alunos encaminhados para aulas de reforço.

A literatura consultada indica que, também na educação especial evidencia-se um maior número de meninos do que meninas³, contudo, poucos estudos abordam se a percepção que os professores e professoras tem dos alunos influencia em seu encaminhamento.

Assim sendo, o presente estudo pretende investigar se os motivos que embasam o encaminhamento de meninos e meninas para salas de recursos da rede municipal de São Paulo seriam os mesmos, tanto no âmbito da legislação municipal como nas orientações do sistema de ensino como no discurso de professores. Dessa forma, procurar-se-á verificar se haveria diferença entre o que os professores e professoras atribuem como dificuldades apresentadas pelos meninos e as apresentadas pelas meninas, se há critérios definidos e claros para o encaminhamento dessas crianças na legislação e orientações do sistema municipal de ensino de São Paulo ou se, no discurso dos docentes na prática, estes critérios diferem quanto ao sexo do aluno.

1. Intersecção entre relações de gênero e educação especial

¹ Este trabalho é parte da tese de doutorado, em andamento, orientada pela Prof^a. Dr^a. Rosângela Gavioli Prieto.

² Pedagoga, Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e Doutoranda na mesma instituição. E-mail para contato: rkg@usp.br

³ Essa questão será apresentada posteriormente.



No final dos anos 90 Valery Hey e colegas (1998) já denunciavam que os serviços de educação especial existentes no Reino Unido recebiam um número maior de meninos e, que o discurso corrente era que os meninos precisariam de mais atenção devido ao seu baixo desempenho escolar. Para os autores a falta de preocupação em relação a um maior número de garotos atendidos pela educação especial sugere que pouco tem se discutido sobre o impacto das relações de gênero no âmbito da educação especial.

Jennifer Tschantz e Joy Markowitz (2003) revelam que, de acordo com dados do Departamento de Educação Americano, em 1998 dois terços dos alunos que recebiam atendimento educacional especializado eram meninos e que a maior diferença no atendimento ocorria em alunos com distúrbios emocionais ou com dificuldades de aprendizagem. As autoras apontam a necessidade de mais pesquisas relacionadas a gênero e educação especial uma vez que ainda não é possível explicar as causas de um maior encaminhamento de alunos do sexo masculino em tais serviços.

Não há clareza sobre os motivos da desproporção no encaminhamento de meninos aos serviços de educação especial nos Estados Unidos, o documento supra citado discute a existência de fatores múltiplos que levariam a tal situação. Diferenças no comportamento, uma vez que as alunas responderiam melhor à cultura e normas escolares, poderiam explicar porque os meninos são maioria nos serviços de educação especial. Também há a possibilidade dos professores reagirem de forma diferente para as ações dos alunos e alunas o que levaria a um maior encaminhamento dos meninos.

Tais explicações sugerem que há necessidade em se incorporar os estudos sobre gênero também na área da educação especial, especialmente ao verificarmos que os meninos são mais identificados como tendo problemas de aprendizagem e / ou distúrbios emocionais. Ora, ainda que se comprove que os garotos são mais susceptíveis a tais problemas, seria necessário repensar os tempos e espaços escolares para atender a todo o alunado.

Enicéia Gonçalves Mendes e Gerusa Ferreira Lourenço (2009) apoiadas em Wehmeyer e Schwartz (2001) localizaram três teorias que explicariam a maior representação masculina na Educação Especial. A primeira se relaciona a determinantes biológicos ao considerar que indivíduos do sexo masculino são mais sujeitos a deficiências ou distúrbios e as garotas apresentam menos defeitos congênitos.

A segunda teoria atribui a fatores neuropsicológicos o fato dos meninos serem mais ativos e, portanto, com menor capacidade de se adaptar ao ambiente escolar. A terceira vertente procura



explicar a diferença nos estereótipos atribuídos às pessoas em função do que é esperado de meninos e meninas, o que leva a uma maior tolerância em relação aos atos das alunas e uma maior cobrança sobre os meninos.

O documento elaborado pela Divisão de Programas de Educação Especial apresenta ainda alguns dados interessantes a respeito do desempenho de meninos e meninas nos serviços de educação especial nos Estados Unidos. As meninas encaminhadas a tais serviços recebem mais suporte do que os meninos e as alunas, com ou sem deficiência, alcançam melhores resultados acadêmicos do que os alunos.

O texto questiona se há diferença no atendimento a meninos e meninas em programas de reabilitação, em que medida as diferenças fisiológicas realmente estão relacionadas a desproporção entre alunos e alunas na educação especial e por que as meninas, apesar de apresentarem deficiências mais graves, são melhores avaliadas do que os meninos.

Por fim, o relatório aponta a necessidade de compreender aspectos relacionados às relações de gênero na educação em geral para podermos compreender estas relações na educação especial.

De acordo com Shereen Benjamim (2003), em 2000 a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) desenvolveu uma pesquisa sobre o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais em países membros da Organização e concluiu que as meninas representavam de 30% a 40% do número de matrículas em serviços de educação especial.

Dados da pesquisa supra citada indicam que no Reino Unido 67,8% de alunos matriculados recebendo atendimento especializado eram meninos. Essa proporção era a mesma ao analisar-se o número de meninos com necessidades educacionais especiais em classes regulares.

Segundo Benjamin (2003) uma outra pesquisa realizada na Inglaterra em 1996 indica que havia um maior número de meninos sendo atendidos em escolas para crianças com distúrbios emocionais ou de comportamento, unidades especializadas em distúrbios da linguagem e escolas para autistas. A autora destaca, também, que há uma forte influência de raça nos encaminhamentos uma vez que havia um grande número de crianças de origem afro-caribenho.

Para a pesquisadora, de acordo com as estatísticas o processo de avaliação e encaminhamento dos meninos para serviços de educação especial não pode ser considerado neutro do ponto de vista das relações de gênero tampouco podem ser descartadas as questões raciais e étnicas dos alunos.

Carvalho (2001, 2003, 2004, 2009) já vem discutindo, em âmbito nacional, a necessidade de articular gênero, raça e etnia ao analisar o fracasso escolar de meninos. Parece-me que esta



articulação também se faz importante ao pensarmos sobre o encaminhamento de meninos para serviços de atendimento educacional especializado para verificar se, também nesses espaços, se reproduz o apresentado na literatura estrangeira.

Alguns autores (BENJAMIM, 2003; RIDDELL, BARON e WILSON, 2001; MENDES e LOURENÇO, 2009) discutem que as necessidades educacionais especiais poderiam estar relacionadas a fatores genéticos e fisiológicos, sendo assim seria possível argumentar que os meninos estariam mais propensos, biologicamente, a apresentarem algum tipo de deficiência.

Entre 2000 e 2004 foi realizada uma pesquisa na Inglaterra que originou o relatório *Raising Boys' Achievement* (2005) de autoria de Mike Younger, Molly Warrington e colaboradores. Um dos resultados da pesquisa indicou que há uma predominância de meninos com deficiência sendo atendidos por serviços de educação especial. Em 2004 mais de 106.600 meninos foram considerados como possuindo alguma necessidade educacional especial enquanto 41.400 meninas receberam o mesmo diagnóstico.

Para Michael L Wehmeyer e Harilyn Rousso (2006) pesquisas em diversos países não deixam dúvidas em relação ao maior número de meninos considerados com necessidades educacionais especiais. Para os autores isso pode ser considerado positivo uma vez que indicaria que os meninos estão sendo atendidos de alguma forma, contudo, ao serem classificados como alunos com deficiência estes poderiam sofrer uma maior discriminação.

Um relatório elaborado pelo Departamento de Educação da Grã Bretanha (2007) indicava que os meninos representavam 70% dos alunos identificados como tendo algum tipo de necessidade educacional especial. De acordo com o documento havia uma maior incidência em diagnosticar os meninos como tendo dificuldades de aprendizagem, distúrbios emocionais e autismo, mas não havia uma grande representação entre os alunos surdos ou com deficiência física.

Os dados indicam um maior encaminhamento do sexo masculino aos serviços de educação especial, contudo, não fica claro se haveria uma maior incidência de deficiências no sexo masculino ou se está relacionada à forma como os meninos e meninas são identificados nas escolas, ou seja, se questões de gênero são responsáveis pelo encaminhamento ou não dos alunos a serviços de educação especial o que poderia denunciar a invisibilidade das alunas na escola.

Em âmbito nacional, dados do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) indicam, conforme a tabela 1, que o número de meninos matriculados na educação especial equivale a mais da metade do número total de matrículas na educação especial.



Tabela 1 - Número de matrículas no Brasil na educação especial por sexo.

Tipo de atendimento	Total	Meninos	%	Meninas	%
Escolas exclusivamente especializadas e / ou em classes especiais	341.781	200.219	58,6	141.562	41,4
Classes comuns do ensino regular e/ou da educação de jovens e adultos	304.882	181.090	59,4	123.792	40,6
Classes especiais do ensino regular e /ou educação de jovens e adultos	76.765	46.094	60	30.671	40
Escolas exclusivamente especializadas	266.045	154.786	58,2	111.259	41,8

Fonte dados: BRASIL. MEC/INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica: Censo Escolar 2007**. Acesso em 20/08/2009.

Ao compararmos com dados do estado de São Paulo, descritos na tabela 2, verifica-se que, também nesta unidade da Federação, a matrícula de meninos é superior a de meninas. Ainda que estes números não comprovem que há discriminação de gênero no encaminhamento dos alunos do sexo masculino a serviços de educação especial, sugerem, ao menos, que há a necessidade de se estudar esse fenômeno.

Tabela 2 - Número de matrículas no estado de São Paulo na educação especial por sexo.

Tipo de atendimento	Total	Meninos	%	Meninas	%
Escolas exclusivamente especializadas e / ou em classes especiais	64.084	37.906	59,1	26.178	40,9
Classes comuns do ensino regular e/ou da educação de jovens e adultos	91.305	55.011	60,2	36.294	39,8
Classes especiais do ensino regular e /ou educação de jovens e adultos	14.925	9.128	61,1	5.797	38,9
Escolas exclusivamente especializadas	49.213	28.814	58,5	20.399	41,5

Fonte dados: BRASIL. MEC/INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica: Censo Escolar 2007**. Acesso em 20/08/2009.



De acordo com pesquisas desenvolvidas por Sandra Zákia Liam de Sousa e Rosângela Gavioli Prieto (2007), ambas docentes da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em 1997 foram analisados dados de 310 alunos que freqüentavam Sapnes⁴, deste total, 204 (65,81%) eram meninos e 106 (34,19%) eram meninas. No ano de 2001, houve uma nova fase da pesquisa na qual se descobriu que daquele montante inicial, 68 alunos ainda permaneciam na Sapne, sendo 44 (64,71%) meninos e 24 (35,29%) meninas. Estes dados indicam que há uma maioria masculina sendo atendida em tais salas, fato que, segundo as pesquisadoras, renova a suposição de que pode haver outros motivos para o encaminhamento de alunos para a Sapne, pois não se confirma a hipótese de que a deficiência intelectual tenha uma maior incidência em meninos do que em meninas, dessa forma, os dados sugerem que, talvez os alunos, mais do que as alunas, apresentem comportamentos considerados não adequados aos padrões escolares e, portanto, serem encaminhados às Sapnes com maior freqüência, ainda que não apresentem nenhum tipo de deficiência intelectual.

Para Sousa e Prieto (2001 p. 106-7) não há

pesquisas, de base empírica, que nos auxiliem na compreensão da tendência de maior sucesso escolar de meninas em relação aos meninos, o que é evidenciado pelas estatísticas educacionais.[...] Quase não há pesquisas no país sobre os processos através dos quais a escola participa na produção de significados, hierarquias e valores ligados à masculinidade e a feminilidade e na socialização de meninos e meninas no que se refere às relações de gênero.

Segundo a pesquisa supra citada, 663 alunos do sexo masculino, o que corresponde a 68,2% do total atendido nas Sapnes especializadas no atendimento de alunos com deficiência intelectual, não possuíam diagnóstico clínico. Portanto, é importante investigar se a percepção que as professoras e professores tem em relação ao desempenho escolar e comportamento de seus alunos influencia no encaminhamento destes.

A literatura, nacional e estrangeira, demonstra que há mais meninos sendo encaminhados para serviços de educação especial, contudo, ainda não há uma tradição em âmbito educacional em pesquisar os motivos que levam a professores e professoras a indicar os garotos para atendimento educacional especializado.

Isto posto, da mesma forma que as produções acadêmicas a respeito do baixo desempenho escolar de meninos tem sido objeto de poucos estudos no país, ao se fazer essa intersecção com a educação especial percebe-se uma lacuna muito maior nas produções acadêmicas.

⁴ Atualmente Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão – Saai, de acordo com Decreto municipal nº 45.415 de 18 de outubro de 2004.



O artigo de Mendes e Lourenço (2009) “*Viés de gênero na notificação de alunos com necessidades educacionais especiais*” publicado na Revista Brasileira de Educação Especial relata uma pesquisa realizada em uma cidade no interior paulista a partir de informações extraídas de um banco de dados elaborado por um grupo de pesquisa em 2001. O referido banco procurava armazenar informações sobre alunos identificados com necessidades educacionais especiais matriculados em escolas públicas. Em 2006, foram localizadas 414 fichas de alunos encaminhados entre 2001 e 2005. Após análise, foram descartadas 63 fichas com dados duplicados.

Da análise dos cadastros verificou-se que o registro de meninos correspondia a 66,1% das fichas, enquanto que o cadastro das meninas alcançava 33,9% do total.

Em relação aos motivos para os encaminhamentos Mendes e Lourenço (2009, p. 424) descrevem

Problemas de saúde (19,1%), deficiência física (16,2%), deficiência visual (5,1%) deficiência auditiva (5,1%), deficiência intelectual (4%), deficiência múltipla (4,3%), problemas de comportamento (internalizantes - 12,3%; externalizantes - 21,1%), problemas de linguagem (25,4%), dificuldades de aprendizagem (18,2%), fatores familiares (positivos 6%, adversos ou negativos 19,4%), presença de talentos e habilidades (4,6%) e outros (2,6%).

Ao se utilizar a variável sexo para análise dos dados as autoras identificaram um maior número de garotos identificados com algum tipo de deficiência, problemas de comportamento, de linguagem e dificuldades de aprendizagem, como descrito na tabela 3.

Tabela 3 - Número de alunos encaminhados para serviços de educação especial por categorias e sexo

CATEGORIAS	MENINOS	MENINAS
Deficiência	77	45
Problemas de Comportamento		
Internalizantes	29	14
Externalizantes	58	16
Problemas de Linguagem	58	31
Dificuldades de Aprendizagem	42	22

Fonte: Adaptado de Mendes e Lourenço (2009, p. 425)

Os dados apresentados corroboram dados de pesquisas estrangeiras como citado anteriormente. As autoras ponderam que, como o encaminhamento dos alunos depende da avaliação do professor do ensino regular estes estão sujeitos mais a opiniões pessoais e profissionais dos docentes do que em fatores objetivos.



Para Mendes e Lourenço (2009), em decorrência do movimento pela inclusão escolar verifica-se um número crescente de alunos encaminhados para serviços de educação especial na rede regular de ensino e “considerando o aumento da diversidade do alunado, tem emergido uma preocupação quanto à habilidade do professor para identificar e responder às necessidades específicas de aprendizagem de todos os seus alunos” (MENDES e LOURENÇO, 2009, p. 428).

Tanto a literatura estrangeira quanto a nacional apresentam diversas hipóteses que, embora não conclusivas, estão bastante relacionadas, o que poderia indicar que uma ampliação destas pesquisas poderia elevar o entendimento de algumas das questões propostas e, com isso favorecer a elaboração de políticas de atendimento e encaminhamento de alunos dentro destes critérios de modo a minimizar erros de análise. Com isso se faz necessária a articulação de questões de gênero, raça, classe social para uma melhor compreensão dos mecanismos encaminhadores de um maior número de garotos para a educação especial.

Isto posto, é importante que se fomentem discussões à respeito das relações de gênero em cursos de formação inicial e continuada dos docentes e demais membros da equipe escolar (gestores e equipe de apoio).

Bibliografia

AUAD, Daniela. *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

BENJAMIN, Shereen. Gender and special educational needs. In: SKELTON, Christine; FRANCIS, Becky. *Boys and girls in the primary classroom*. Maidenhead: Open University Press, 2003.

BRITO, Rosemeire Santos. *Significados de gênero do fracasso escolar: quando os modelos polares de sexo não são suficientes*. 2004. 162 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004

CARVALHO, Marília Pinto de. Mau aluno, boa aluna? Como as professoras avaliam meninos e meninas. *Estudos Feministas*, v.9, nº 2, 2001, p. 554-74.

_____. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. *Educação e Pesquisa*. vol.29, n.1, 2003, p. 185-193.

_____. Mau aluno, boa aluna? Como os professores avaliam meninos e meninas. *Estudos feministas*, 2001, p. 554-574.

_____. Estatísticas de desempenho escolar: o lado avesso. *Educação e Sociedade*. V. 22 n. 77, Campinas, dez 2001, p. 231-252.



HEY, Valerie et al. Boys' underachievement, special needs practices and questions of equity. In: EPSTEIN, Debie et alli (eds.) *Failing boys?: Issues in gender and achievement*, Buckingham: Open University Press, 1998.

MARTINO, Wayne; LINGARD, Bob; MILLS, Martin. Issues in boys' education: a question of teacher threshold knowledges? *Gender and Education*, Vol. 16, No. 4, December 2004, p. 435-454.

MENDES, Enicéia Gonçalves; LOURENÇO, Gerusa Ferreira. Viés de gênero na notificação de alunos com necessidades educacionais especiais. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.15, n.3, Set.-Dez. 2009, p.417-430.

RIDDELL, Sheila; BARON, Stephen; WILSON, Alastair. Gender and the post-school experiences of women and men with learning difficulties. In: FRANCIS, Becky;

SKELTON, Christine. *Investigating gender: contemporary perspectives in education*. Buckingham: Open University Press, 2001.

SOUSA, Sandra Zákia Liam de; PRIETO, Rosângela Gavioli. Atendimento educacional aos portadores de deficiência mental na rede municipal de São Paulo: caracterização e análise das SAPNEs. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Universidade Estadual Paulista, v.7, n.1, 2001. Marília: Unesp – Marília - Publicações, 2001, p. 101-115.

_____; PRIETO, Rosângela Gavioli. *Salas de atendimento aos portadores de necessidades especiais na rede municipal de ensino de São Paulo: caracterização e avaliação do atendimento*. Relatório de pesquisa. Feusp, 2007.

TSCHANTZ, Jennifer; MARKOWITZ, Joy. A brief analysis of a critical issue in especial education. In: *Gender and Special Education: Current State Data Collection*. January, 2003.

WEHMEYER, Michael L.; ROUSSO, Harilyn. Achieving equity: disability and gender. IN: SKELTON, Christine ; FRANCIS, Becky ; SMULYAN, Lisa (eds.). *The SAGE handbook of Gender and Education*. London: SAGE, 2006.